



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira 110
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0160466-8

COMARCA : Vicência – Vara Única
APELANTE : Ministério Público do Estado de Pernambuco
APELADO : Jéfison Carlos da Silva Andrade e Edson José da Silva
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR SUBST^o : Juiz Convocado – Adeildo Nunes
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

EMENTA:

PROCESSUAL PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. ANULAÇÃO DO JULGAMENTO. HOMICÍDIO PRIVILEGIADO QUE NÃO GUARDA HARMONIA COM O CONJUNTO PROBATÓRIO. DECISÃO CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. OCORRÊNCIA. TESE DE LEGÍTIMA DEFESA PUTATIVA QUE NÃO GUARDA HARMONIA COM AS PROVAS CARREADAS AOS AUTOS. SUBMISSÃO DOS APELADOS A NOVO JULGAMENTO. RECURSO PROVIDO.

I – Enseja nulidade e, conseqüentemente, novo julgamento, a decisão do Conselho de Sentença que reconhece o homicídio privilegiado por parte do recorrido de forma inteiramente dissociada do conjunto probatório carreado aos presentes autos.

II – Há submissão a novo julgamento, a decisão do Conselho de Sentença que absolve o acusado acolhendo tese defensiva inteiramente dissociada do conjunto probatório existente nos autos.

III – Apelação provida. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0160466-8**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em dar provimento ao**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

111

recurso, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 17 de novembro de 2009.

Presidente

Juiz Convocado -- Adeildo Nunes
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

112

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0160466-8

COMARCA : Vicência – Vara Única
APELANTE : Ministério Público do Estado de Pernambuco
APELADO : Jéfison Carlos da Silva Andrade e Edson José da Silva
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR SUBST^o : Juiz Convocado – Adeildo Nunes
REVISOR : Des. Marco Maggi

RELATÓRIO

Jéfison Carlos da Silva Andrade, vulgo “Nego Lindo” e Edson José da Silva, vulgo “Ninho de Ramos Aleijado” foram denunciados (fls. 02/04) como incurso nas sanções do artigo 121, § 2º, incisos I, III e IV¹, do Código Penal, acusados de, no dia 18.12.2004, por volta das 19:00 horas, na Travessa Eptácio de Oliveira, Centro, Vicência/PE, terem efetuados disparos de arma de fogo contra a pessoa de Josué Ataíde do Nascimento Silva, vulgo “Dó”, provocando-lhe as lesões que foram a causa efetiva de sua morte, conforme demonstra a Perícia Tanatoscópica de fls.108/109.

Pronunciados como incurso nas penas do art. 121, § 2º, incisos I, e IV, do Código Penal (fls. 246/248) e julgados pelo Tribunal do Júri, o Conselho de Sentença condenou o réu JÉFISON CARLOS DA SILVA ANDRADE à sanção definitiva de 09(nove) anos e 07(sete) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado, sendo o acusado EDSON JOSÉ DA SILVA, absolvido pelo Corte Laica,

¹ Art. 121 - Matar alguém: (...)

§ 2º - Se o homicídio é cometido: (...)

I – mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

III – com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que resulta perigo comum;

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

113

que entendeu ter o réu agido em legítima defesa putativa, conforme decisão às fls. 361/363.

Inconformado, o Representante do Ministério Público apelou em plenário da decisão (fls. 367), oferecendo suas razões recursais às fls. 371/382, alegando que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos.

A defesa apresentou suas contra-razões de apelação (fls. 388/403), rechaçando as alegações ministeriais, pugnando pelo improvimento do apelo.

A douta Procuradora de Justiça, Dra. Cristiane de Gusmão Medeiros, ofereceu parecer (fls. 413/417) opinando pelo provimento do recurso, para que o apelado seja submetido a novo julgamento.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 17 de *junho* de 2008.


Juiz Convocado -- Adeildo Nunes
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

114

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0160466-8

COMARCA : Vicência – Vara Única
APELANTE : Ministério Público do Estado de Pernambuco
APELADO : Jéfison Carlos da Silva Andrade e Edson José da Silva
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR SUBST^o : Juiz Convocado – Adeildo Nunes
REVISOR : Des. Marco Maggi

VOTO

A materialidade do crime encontra-se demonstrada através da perícia tanatoscópica (fls. 108/109) e certidão de óbito de fls.39.

A autoria é indubitosa, uma vez que os réus confessaram a prática do delito em seus depoimentos na fase policial, sumário da culpa e plenário do Júri.

A versão dos acusados, que amparou a decisão dos jurados, é fato isolado, não guardando harmonia com as demais provas carreadas aos autos.

As próprias confissões dos acusados demonstram, às escâncaras, que os acusados agiram em comunhão de ações e de desígnios, combinando matar a vítima e para tanto aguardaram o momento propício, havendo realizado uma emboscada, chegando e executando a vítima, sem que esta tivesse a menor chance de defesa, dividindo, inclusive a arma do crime para perpetrar o delito.

Todas as vezes que foram ouvidos, na esfera policial, em Juízo e em plenário de Julgamento, os acusados confessaram a autoria do fato típico, relatando com riqueza de detalhes, as circunstâncias, *modus operandi*, *iter criminis*, bem como a motivação do crime.

O apelado **Jéfison Carlos da Silva Andrade**, vulgo “Nego Lindo”, perante a autoridade policial (fls.07/10) disse:



115

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

"(...) Que "Ninho de Ramos Aleijado" efetuou então 03(três) disparos contra o "Dó" enquanto ele interrogado observava a ação criminosa; Que aproveitando o fato de que o "Dó" já estava caído no chão, ele interrogando pediu a arma do seu comparsa e efetuou mais 02(dois) disparos contra o "Dó", sendo um no peito, exatamente sobre o coração, e outro na altura da testa; (...) Que afirma o interrogando que o "Ninho de Ramos Aleijado" já estava planejando matar o "Dó" há muito tempo, posto que no mês de junho de 2004, no período das festas juninas, o "Ninho" foi alvejado por alguns disparos de arma de fogo efetuados pelo "Dó", ocasião em que o mesmo foi socorrido para o Hospital da Restauração, no município do Recife-PE, onde permaneceu internado por quase uma semana; Que ele interrogando afirma querer se vingar do "Dó" porque no mês de maio de 2004, o "Dó", de posse de uma arma de fogo, roubou uma bicicleta do tio do interrogando, oportunidade em que agrediu fisicamente; (...)".

Por ocasião do sumário da culpa (fls. 166/167), asseverou:

"(...) Que a acusação que lhe é feita é verdadeira; que conhecia a vítima; Que conhece o segundo acusado, que é seu amigo; Que a vítima era pessoa inimiga do acusado Edson; (...) Que confirma que quando efetuou os dois disparos contra a vítima, esta já estava agonizando; que o motivo do crime foi a vítima ter roubado uma bicicleta do interrogado, que foi tomar satisfação com a vítima e daí ocorreu uma discussão; Que esclarece que foi ele interrogado quem discutiu com a vítima; (...) Que o acusado Edson efetuou os três disparos quando ele interrogado discutia verbalmente com a vítima; Que não houve luta corporal entre ele e a vítima e nem entre o acusado Edson; (...) Que confirma que participou do assassinato da vítima por vingança; Que no momento em que a vítima foi executada, esta não fez ameaça a ele interrogado e nem ao acusado Edson; (...)".

Em plenário do Júri (fls.352/354), afirmou:

"(...) Que são verdadeiros os fatos narrados na denúncia; Que quem primeiro fez os disparos contra a vítima foi o acusado Edson; Que fez disparos contra a vítima depois que o acusado Edson já ter atirado na mesma; (...) Que quando o interrogado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

116

atirou contra a vítima esta já estava caída; (...) Que no dia do crime o interrogado não teve nenhuma discussão com a vítima; Que o interrogado estava na companhia do segundo acusado e encontravam a vítima na rua em direção ao poste; Que quando se depararam com a vítima, esta colocou a mão por dentro da camisa; Que o interrogado e o segundo acusado acharam que a vítima estava portando alguma arma de fogo; (...) Que o interrogado não chegou a discutir com a vítima; Que houve lutar corporal entre Edson e a vítima; Que não houve luta corporal entre o interrogado e a vítima; Que o interrogado atirou na vítima com o mesmo revólver utilizado por Edson; Que depois que Edson atirou na vítima, o interrogado pediu o revólver para fazer o mesmo; Que o revólver pertencia ao interrogado; Que Edson pediu o revólver ao interrogado porque a vítima colocou a mão por de baixo da camisa; Que com medo de sofrer maiores consequências, Edson atirou; (...) Que o interrogado atirou na vítima depois de Edson; (...) Que atirou na vítima, mesmo depois desta já está caída no chão alvejada por Edson, porque Edson mandou; Que entregou a arma para Edson atirar primeiro, porque este já tinha "sofrido consequências" da vítima; Que entregou a arma para Edson atirar primeiro "sem motivos nenhum"; (...) Que quando atirou na vítima já caída ao chão, o fez por raiva; Que tomou conhecimento depois do crime que a vítima estava desarmada; (...)".

Observa-se, da simples leitura dos depoimentos do acusado Jéfison, acima transcritos, não há a mais remota possibilidade de homicídio privilegiado.

O homicídio privilegiado por violenta emoção exige para sua configuração uma emoção absorvente, provocação injusta do ofendido e reação imediata do agente, ou seja, age o réu em verdadeiro choque emocional, não bastando a simples influência.

Neste sentido os seguintes julgados:

TJSP: "A emoção que autoriza a diminuição da pena de homicídio é unicamente a emoção violenta. Quem se preocupa com a provocação sofrida e reage quase com frieza, sob o domínio do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

117

estado emotivo não provocado, não pode invocar a minoração especial de pena do art. 121, §1º, do CP. Este só condescende com a emoção derivada de uma injustiça."(RT – 620/280).

Ora, consoante se pode constatar pelas próprias palavras do apelado, inexistiu violenta emoção seguida de injusta provocação da vítima, pois só se configura o privilégio, quando a violenta emoção for provocada no instante dos fatos, o que não existiu no caso em tela. O réu não agiu sob qualquer emoção, havendo repassado a arma para seu comparsa efetuar os três disparos e depois reivindicando o revólver para também efetuar dois disparos, numa atitude clara de confirmação da execução.

No que pertine a circunstância atinente à injusta provocação da vítima, esta também não resta configurada. Em nenhuma declaração do réu é feita qualquer citação de ação da vítima condizente com injusta provocação. Em plenário do júri o réu nega ter discutido com a vítima, piorando ainda mais a tese que o beneficiou, vez que atirou na vítima que já se encontrava ferida, caída ao solo, não deixa margem e dúvidas quanto à incompatibilidade de vítima gravemente ferida promover injusta provocação ao réu.

Desse modo, ao acolherem a tese da defesa que culminou com o reconhecimento do homicídio privilegiado por parte do recorrido, os jurados decidiram contrariamente à prova existente nos autos, o que enseja a aplicação do disposto no art. 593, III, "d", § 3º², do Código de Processo Penal.

No tocante ao réu **Edson José da Silva**, vulgo "**Ninho de Ramos Aleijado**", este absolvido pelo Conselho de Sentença sob a tese de legítima defesa putativa, igualmente, a decisão do Conselho de Sentença parece manifestamente contrária às provas colhidas nos autos.

² Art. 593 - Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias:

III - das decisões do Tribunal do Júri, quando:

d) for a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos.

§ 3º - Se a apelação se fundar no nº III, d, deste artigo, e o tribunal *ad quem* se convencer de que a decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos, dar-lhe-á provimento para sujeitar o réu a novo julgamento; não se admite, porém, pelo mesmo motivo, segunda apelação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

Interrogado por ocasião do inquérito policial (fls.28/31) disse:

"(...) Que segundo o interrogado ele estava em companhia de seu comparsa JÉFISON CARLOS DA SILVA ANDRADE, mais conhecido por "NEGO LINDO", oportunidade em que este se encontrava armado com um revólver de calibre 38, tambor com capacidade para 05 (cinco) munições; Que ele interrogado e o "Nego Lindo" viram o "Dó" sozinho nas imediações da Farmácia São Benedito, centro desta, ocasião em que o "Nego Lindo" assegurou que estava armado e aquela era a oportunidade de ambos se vingarem do "Dó"; (...) Que esclarece o interrogando ter pedido a arma ao "Nego Lindo", vez que tinha a intenção de efetuar os primeiros disparos contra o "Dó"; Que no instante em que "Dó" já se aproximava da entrada da Rua 15 de Novembro, ele interrogando e o "Nego Lindo" o emboscaram, momento em que o interrogando efetuou o primeiro disparo na barriga do "Dó"; Que tendo em vista o fato de que o "Dó", no intento de fugir, correu para o interior da "Ket Som", de propriedade do popular "Carlinhos", ele interrogando desferiu um outro tiro que atingiu as costas de seu desafeto; Que não sabe precisar o interrogando se o terceiro disparo, por ele efetuado, realmente atingiu o "Dó"; Que no interior da "Ket Som", no momento em que "Dó" estava caído no chão, o "Nego Lindo" tomou a arma da mão do interrogando e efetuou os dois últimos disparos, um na altura do coração e o ultimo na cabeça do "Dó";(...)"

Por ocasião do sumário da culpa, às fls. 82/82-v, asseverou:

"(...) Que são verdadeiros os fatos narrados na denúncia; Que no dia do fato o interrogado e o primeiro acusado encontraram com a vítima na Travessa Epitácio Oliveira; Que nesse momento o primeiro acusado perguntou ao interrogado vivia lhe ameaçando de morte; Que o interrogado pegou a arma que estava com o Nego Lindo e atirou contra a vítima; Que segundo o interrogado, a vítima vinha na sua direção com a mão nos quadris; Que segundo o interrogado, este pensou que a vítima iria fazer alguma coisa com ele (interrogado); (...) Que só soube que o primeiro acusado estava armado no momento do crime, quando este sugeriu que o interrogado fizesse alguma coisa com a vítima;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
439
119

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

(...) Que mesmo depois do interrogado ter deflagrado alguns tiros contra a vítima, o primeiro acusado tomou a arma e deu mais dois tiros; Que o interrogado afirma que disparou três tiros contra a vítima não sabendo quantos tiros lhe atingiu; Que o interrogado no momento que pegou a arma da mão do primeiro acusado e que ele estava se preparando para atirar, a vítima percebeu e passou a correr na direção contrária; Que quando o interrogado deu o primeiro tiro a vítima estava de costas; Que os demais tiros deflagrados pelo interrogado foram dados também quando a vítima estava de costas para o acusado; Que os tiros atingiram a vítima nas costas; Que segundo o interrogado, o primeiro acusado atirou na vítima mesma esta estando agonizando por vingança, já que a vítima furtou a bicicleta do primeiro acusado que estava na ocasião com o tio deste; (...)".

Em plenário do Júri, às fls.349/351, afirmou:

"(...) Que são verdadeiros os fatos narrados na denúncia; Que afirma que atirou na vítima; (...) Que no momento do crime não viu que a vítima estava armada; Que apenas a vítima colocou a mão na cintura; Que foi o interrogado quem primeiro atirou contra a vítima; Que quando a vítima colocou a mão na cintura, o interrogado logo pediu a arma para Jéfison; Que quando atirou na vítima, esta já estava de costas correndo; Que a vítima correu quando percebeu que o interrogado puxou a arma; Quer não sabe se a vítima teve condições de se defender; (...) Que depois do interrogado ter deflagrado o tiro contra a vítima, o primeiro acusado pediu a arma, para também atirar contra a mesma; Que Jéfison deu dois tiros na vítima; (...) Que a vítima deu as costas para o interrogado antes que este começasse a atirar; Que mesmo assim, o interrogado atirou contra a vítima; Que os demais tiros foram dados quando a vítima já estava de costas; Que Jéfison pediu a arma e o interrogado entregou, tendo o Jéfison disparado os tiros contra a vítima; Que não foi o interrogado quem determinou para que Jéfison atirasse na vítima; (...) Que o interrogado afirma que não sentiu medo de "Dó" quando este lhe deu as costas; Que o interrogado entendeu que a vítima correu lhe dando as costas, para tirar a arma de algum lugar; (...)".



120

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

Resta configurada a legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual e iminente, a direito seu ou de outrem e, está em legítima defesa putativa quem supõe estar agindo lícitamente, ao imaginar-se que se encontram presentes os requisitos de uma causa discriminante.

Supondo o agente, por erro, que está sendo agredido, e repelindo a suposta agressão, configura-se a legítima defesa putativa, considerada na lei como caso *sui generis* de erro do tipo, o denominado erro de tipo permissivo (art. 20, §1º, do CP).

Neste sentido:

TJSP: "Homicídio. Legítima defesa putativa. Reconhecimento que exige prova de que o agente considerou lícita sua conduta ao imaginar, por erro plenamente justificado, que se encontrava diante de uma realidade fática que se fosse verdadeira legitimaria seu ato. (...) Tratando-se de homicídio, para que haja o reconhecimento da legítima defesa putativa, exige-se prova de que o agente considerou lícita sua conduta ao imaginar, por erro plenamente justificado, que se encontrava diante de uma realidade fática que, se fosse verdadeira, legitimaria o ato" (RT – 749/638).

No caso em tela, não há como reconhecer a legítima defesa putativa ao apelante Edson José da Silva, vulgo "Ninho de Ramos Aleijado", pois o mesmo deferiu o primeiro tiro na vítima pela costas, quando esta já estava correndo para fugir de seus algozes, continuando a persegui-la, atirando. Quando esta já estava caída entregou a arma para que seu comparsa descarregasse o restante dos projéteis na vítima, executando-a.

Isto posto, em conformidade com o parecer ministerial, dou provimento ao apelo para submeter os acusados a novo julgamento pelo Tribunal Popular.

Expeça-se o necessário mandado de prisão contra **EDSON JOSÉ DA SILVA**, tendo em vista que aguardava preso ao julgamento, em face de ordem de prisão proferida na sentença de pronúncia (fls. 246/248),



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

121

posto que o delito por ele perpetrado, homicídio qualificado, encontra-se no rol dos crimes hediondos, não fazendo jus à liberdade provisória.

Nesse sentido foi a decisão do Superior Tribunal de Justiça no julgamento do *Habeas Corpus* nº 12969/PE, Sexta Turma, Relator Min. Hamilton Carvalhido, publicado no DJ de 25.06.2001, de cuja ementa se extrai o seguinte excerto:

"(...) 3. Em se cuidando de homicídio qualificado e de réu preso cautelarmente em razão de flagrante-delito, a preservação da sua prisão é efeito necessário da pronúncia, por incompatíveis o crime hediondo e a liberdade vinculada (Código de Processo Penal, artigo 408, parágrafo 2º, e Lei dos Crimes Hediondos, artigo 1º e 2º, inciso II).

Pelas mesmas razões, o restabelecimento da prisão do réu, absolvido pelo Tribunal do Júri da sanção do crime de homicídio qualificado, é efeito necessário do acórdão que ordena a sua submissão a novo julgamento pela Corte Popular.

4. Ordem denegada."

Recife, 13 de)) de 200 3

Juiz Convocado - Adeildo Nunes
Relator Substituto



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE PERNAMBUCO
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**



PROCESSO Nº: 0160466-8
COMARCA: VICÊNCIA
VARA: VARA ÚNICA
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO
APELADOS: JEFISON CARLOS DA SILVA ANDRADE
EDSON JOSÉ DA SILVA

122

VOTO REVISOR

Acompanho o relator, em todos os seus termos, por seus próprios fundamentos, votando pelo provimento ao apelo ministerial, a fim de que os apelantes sejam submetidos a novo julgamento pelo Tribunal do Júri.

É como voto.

28 / 11 / 2009

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Revisor